



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Subsecretaria de Direitos Humanos

Decisão SEDESE/SUBDH nº. Edital CRDH/2022

Belo Horizonte, 09 de junho de 2022.

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO SEDESE Nº 03/2022

RECORRENTE: PEMSE – POLO DE EVOLUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS

Trata-se de recurso administrativo interposto tempestivamente pela PEMSE – POLO DE EVOLUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS (46927923), referente ao processo de seleção pública de organização da sociedade civil, para celebrar termo de colaboração, que tem como objeto a implementação e manutenção das atividades dos Centros de Referência em Direitos Humanos (CRDH) em 04 (quatro) territórios de desenvolvimento do Estado de Minas Gerais: Sul (CRDH em Alfenas), Norte (CRDH em Montes Claros), Mucuri (CRDH em Teófilo Otoni) e Mata (CRDH em Juiz de Fora) - Edital 03/2022, nos termos da Cláusula Sétima do Edital, alegando e requerendo, em resumo:

1. o acatamento do recurso, a fim de que a entidade seja considerada inscrita e habilitada, alegando haver contradição entre a exigência expressa no item 6.4.1 e a documentação listada no Anexo II;
2. pedido de vistas às propostas e documentos comprobatórios apresentados pelas demais entidades, e que demonstrem que não incorreram nas vedações previstas no item 2.2.

Alega a Recorrente que tendo interesse em participar do chamamento público, entregou toda a documentação exigida no Edital. Todavia, não procede tal alegação, conforme restou comprovado na instrução do presente processo. Neste sentido, a Comissão de Seleção se manifestou por meio do Memorando.SEDESE/CCRDH.nº 8/2022 (47766386) e da Nota Jurídica nº 2040 (47894660), pois a Administração Pública concedeu prazo razoável para que todas as OSC's pudessem regularizar situação de documentação pendente, inclusive ora a Recorrente. A concessão de prazo foi, inclusive, publicada no Diário Oficial em 06 de maio de 2022 (46117531), bem como todas as entidades foram oficiadas para que pudessem sanar os erros materiais (SEI! n. 46174762, 46174973, 46175581, 46175865, 46175914 e 46177090), agindo dentro da legalidade e com estrita observância ao princípio da publicidade e impessoalidade, já que todas as OSC's foram oficiadas, de forma detalhada, para sanar as irregularidades.

Assim se posicionou a Comissão de Seleção, nos termos do Memorando.SEDESE/CCRDH.nº 8/2022 (47766386):

“Em 13 de maio de 2022, a Comissão de Seleção deliberou, em conformidade com o princípio da isonomia, por inabilitar a entidade PEMSE – Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas por não enviar, no momento inicial nem tampouco quando da concessão de prazo para regularização da situação documental, a documentação comprobatória de que não incorre nas vedações referentes aos itens 2.2.1, 2.2.2, 2.2.3, 2.2.4, 2.2.5, 2.2.6 e 2.3 do Edital, como exige o item 6.4.1 do Edital para o processo eliminatório.”

Em 25 de maio de 2022, a Comissão de Seleção disponibilizou o Ato de Resultado SEDESE/CCRDH nº. 3/2022 (47159531), onde constam as pontuações decrescentes de todas as propostas apresentadas. Cabe ressaltar que a Pemse - Polo de Evolução de Medidas Socioeducativas foi a entidade que recebeu a menor pontuação (40 pontos). Logo, o acatamento do recurso pela Senhora Secretária não levará a resultado prático nenhum, pois a entidade não foi a primeira classificada em nenhum dos territórios pleiteados, como evidencia o Ato de Resultado SEDESE/SUBDH nº. 4/2022 (46789789).”

Pois bem, pela análise estrita dos autos, nota-se que a Administração concedeu prazo razoável para que todas as OSC's, de forma isonômica, pudessem regularizar a sua situação, o que sanaria qualquer eventual contradição das regras do Edital, conforme alega a Recorrente. Todavia, a interessada não se valeu dessa nova oportunidade para complementar a documentação exigida, como fizeram as demais habilitadas. Assim, tal omissão não justifica culpar a Administração, em prejuízo de todo o certame, restando improcedente o pedido.

Em relação ao pedido de vistas ao processo e aos documentos comprobatórios apresentados pelas demais entidades, por entender que, via de regra, os atos são públicos, salvo quando o próprio ordenamento jurídico exigir sigilo por razões de interesse público ou defesa da intimidade, decido pelo acatamento do pedido, devendo ser respeitadas as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018), de modo que sejam preservados os dados pessoais e a privacidade das pessoas naturais em plataforma física, digital ou qualquer outro meio, eventualmente constantes nos documentos.

DECISÃO

Ante o exposto, conheço do Recurso interposto pela PEMSE – POLO DE EVOLUÇÃO DE MEDIDAS SOCIOEDUCATIVAS, eis que tempestivo, e por atender aos critérios legais, com base nos princípios da legalidade, da vinculação ao instrumento convocatório, e da publicidade. E, no mérito, DECIDO pelo IMPROVIMENTO do pedido de nulidade do certame, mantendo inabilitada a Recorrente. Ademais, entende-se que a Administração Pública agiu em consonância com os princípios da legalidade e da impessoalidade em todos os seus atos. Quanto ao pedido de vistas, dou PROVIMENTO, respeitando as diretrizes estabelecidas pela Lei Geral de Proteção de Dados (Lei nº 13.709/2018).

ELIZABETH JUCÁ E MELLO JACOMETTI

SECRETÁRIA DE ESTADO DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL



Documento assinado eletronicamente por **Elizabeth Jucá e Mello Jacometti, Secretário(a) de Estado**, em 09/06/2022, às 17:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **47965698** e o código CRC **CC8F7921**.